



ecg
Escola de Contas e
Gestão do TCE-RJ

TCE Tribunal
de Contas
Estado do Rio de Janeiro

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Pós-graduação lato sensu

Especialização em Gestão Pública

Turma 1

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Rio de Janeiro

2023



PRESIDENTE

Rodrigo Melo do Nascimento

VICE-PRESIDENTE

Márcio Henrique Cruz Pacheco

CORREGEDORA-GERAL

Marianna Montebello Willeman

**PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR
DA ECG/TCE-RJ**

Márcio Henrique Cruz Pacheco

GABINETE DOS CONSELHEIROS

José Gomes Graciosa

Marco Antônio Barbosa de Alencar

José Maurício de Lima Nolasco

Domingos Inácio Brazão

Marianna Montebello Willeman

Rodrigo Melo do Nascimento

Márcio Henrique Cruz Pacheco

GABINETE DOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Marcelo Verdini Maia

Andrea Siqueira Martins

Christiano Lacerda Ghuerrren

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL

Henrique Cunha de Lima

Procurador-Geral

ORGÃOS DA PRESIDÊNCIA

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Laelio Soares de Andrade

PROCURADORIA-GERAL DO TCE-RJ

Sérgio Cavaliere Filho

AUDITORIA INTERNA

Patrícia Fernandes Marques

ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE PRIMEIRO NÍVEL

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Marina Guimarães Heiss

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Oseias Pereira de Santana

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Langeli Ceranto



DIRETORIA-GERAL

Adriana Ramos Costa

COORDENADORIA PEDAGÓGICA

Marcia Araujo Calçada

**COORDENADORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
EDUCACIONAL**

Rachel Constant Vergara Mann

COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

João Paulo Menezes Lourenço

COORDENADORIA ACADÊMICA

Nilton Cesar da Silva Flores

SECRETARIA DA ESCOLA

José Sigberto da Silva Júnior

BIBLIOTECA SÉRGIO CAVALIERI FILHO

Ilvana Sousa do Amaral

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CEE-RJ	Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro
CEFET-Rio	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CIAW	Centro de Instrução Almirante Wandenkolk
CNE/CES	Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior
COPPE/UFRJ	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CPA	Comissão Própria de Avaliação
EBAPE-FGV	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas
ECG/TCE-RJ	Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
EGP T1	Especialização em Gestão Pública – Turma 1
FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PAFC	Plano Anual de Formação e Capacitação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP	Parcerias público-privadas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCE-RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TCU	Tribunal de Contas da União
UCAM	Universidade Candido Mendes
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNL	Universidade Nova de Lisboa

UVA Universidade Veiga de Almeida

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Módulos e Disciplinas	9
Quadro 2	Titulação Docente	14
Quadro 3	Percentual de Titulação Docente	15
Quadro 4	Titulação e Formação do Corpo Docente	28

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO	5
1.1	NOME DO CURSO.....	5
1.2	FORMA DE OFERTA.....	5
1.3	NÚMERO DE VAGAS.....	5
2	HISTÓRICO	5
3	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	6
3.1	OBJETIVO.....	6
3.2	COORDENAÇÃO ACADÊMICA.....	7
3.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO.....	7
4	CURSO	8
4.1	PÚBLICO-ALVO.....	9
4.2	PERÍODO E HORÁRIO.....	9
4.3	LOCAL.....	9
4.4	MÓDULOS E DISCIPLINAS.....	9
4.5	METODOLOGIA DE ENSINO.....	10
4.6	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	11
4.7	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO CURSO.....	12
4.8	CORPO DOCENTE.....	13
4.9	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CORPO DISCENTE.....	16
4.10	PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM DOS DISCENTES.....	16
5	CERTIFICAÇÃO	17
6	ESTRUTURA FÍSICA	17
7	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA	18
8	TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE	28

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 NOME DO CURSO

Especialização em Gestão Pública – Turma 1 (EGP T1)

1.2 FORMA DE OFERTA

Presencial

1.3 NÚMERO DE VAGAS

Serão 40 (quarenta) vagas destinadas a servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) ou de órgãos jurisdicionados do TCE-RJ, conforme disposto no respectivo edital.

2 HISTÓRICO

A Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG/TCE-RJ) foi criada em 12 de julho de 2005, pelo artigo 38 da Lei Estadual nº 4.577 e reconhecida como órgão integrante do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro pelo Decreto Estadual nº 40.367/2006.

Em 2009, após a instituição de um programa próprio de pós-graduação, a ECG/TCE-RJ foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (CEE-RJ) para oferecer cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, em nível de especialização, via Parecer CEE-RJ nº 57/2009.

Desde 2015, ocupa um prédio de três andares na Rua da Constituição, nº 44 - Centro, Rio de Janeiro – RJ, que atende aos princípios de acessibilidade e apresenta um espaço físico adequado para um razoável quantitativo de capacitações de forma simultânea, com uma estrutura que propicia diversidade de ações executadas.

A ECG/TCE-RJ tem como propósito promover ensino e pesquisa na área de gestão pública, voltados para o desenvolvimento e a difusão de conhecimento, visando à melhoria do desempenho e do controle governamental, em consonância com as expectativas e necessidades da sociedade. Para atingi-lo adota um modelo de atuação tendo por base o desenvolvimento de atividades estruturadas e integradas, com objetivos e métodos de aplicação de acordo com o público-alvo atendido.

Suas ações educacionais apresentam autonomia didático-pedagógica, fundamentam-se nos princípios da gestão por competências e possuem metodologia voltada para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho das atividades dos servidores. Tais ações destinam-se prioritariamente aos servidores do TCE-RJ, dos órgãos e entidades do Estado do Rio de Janeiro e dos 91 municípios sob jurisdição do TCE-RJ. De forma complementar, podem abranger um público mais amplo, capacitando servidores públicos dos órgãos não jurisdicionados ao TCE-RJ e a sociedade civil, visando ao estímulo do controle social e ao consequente aprimoramento da Administração Pública.

3 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação é desenvolvido pela própria ECG/TCE-RJ, em sua sede, e tanto a coordenação quanto à docência dos cursos são conduzidas por servidores do TCE-RJ. O Programa fomenta uma série de atividades de desenvolvimento profissional e gerencial, entre as quais cursos de pós-graduação em nível de Especialização e de Aperfeiçoamento Profissional, além de uma política interna de concessão de bolsas de estudo, com foco nos servidores do quadro de pessoal do TCE-RJ, para cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* nas modalidades de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, oferecidos por Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil ou no Exterior.

3.1 OBJETIVO

O Programa de Pós-Graduação da ECG/TCE-RJ tem como objetivo proporcionar aos servidores públicos, com formação superior nas mais diversas áreas do conhecimento, a aquisição e o desenvolvimento das competências necessárias para ocupar cargos gerenciais ou de assessoramento em escalões superiores, com base em uma visão gerencial ampla e integrada da Administração Pública e dos instrumentos de gestão e controle, no contexto das transformações econômicas, tecnológicas, sociais e políticas do país e do cenário mundial.

3.2 COORDENAÇÃO ACADÊMICA

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação é exercida, desde março de 2023, pelo Prof. Nilton Cesar da Silva Flores, doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF). CV-Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3117109270183205>.

3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Em decorrência do amadurecimento e análise do trabalho realizado nos últimos anos, a ECG/TCE-RJ iniciou um movimento de modernização com vistas ao aprimoramento de sua missão institucional e melhoria do desempenho e do controle governamental no Estado do Rio de Janeiro, em consonância com as expectativas e necessidades da sociedade.

Nesse sentido, em relação ao Programa de Pós-Graduação, com base na experiência acumulada via conclusão de seis turmas de Pós-Graduação e a certificação de mais de 120 Especialistas em Gestão Pública Municipal e Gestão Pública e Controle Externo, foi iniciado um movimento de atualização do conteúdo programático dos cursos e dos programas das disciplinas, como previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 da ECG/TCE-RJ.

Optou-se estrategicamente pela reestruturação dos atuais cursos de Especialização. O atual curso de Especialização em Gestão Pública Municipal será transformado na Especialização em Gestão Pública - curso referente a esse

PPC - e a Especialização em Gestão Pública e Controle Externo será transformada na Especialização em Auditoria e Controle Externo.

As mudanças pretendidas possuem duplo objetivo. Em um primeiro momento, visa aumentar a abrangência de atendimento ao público-alvo da ECG/TCE-RJ. Atualmente os servidores de órgãos e entidades estaduais jurisdicionados ao TCE-RJ são atendidos de forma parcial em termos de necessidades de formação. A única via de acesso dos servidores estaduais ao Programa de Pós-Graduação da ECG/TCE-RJ é pelo atual curso de Especialização em Gestão Pública e Controle Externo. Entretanto, este foi concebido para atender aos servidores do próprio TCE-RJ, bem como os advindos de demais órgãos com função de Controle Externo.

Em segundo lugar, visa direcionar o foco de formação dos egressos e, conseqüentemente, de desenvolvimento das competências necessárias à consecução dos diferentes papéis na Administração Pública. Em virtude da recomendada segregação de funções entre os servidores responsáveis pelo desenho e gestão de políticas públicas, por um lado, e pela auditoria e controle governamental, de outro, foram identificados dois perfis de competências diferentes que necessitam ter suas expectativas e necessidades atendidas. A independência da função de auditoria e controle, reconhecida em uníssono como requisito essencial de sua atuação, pressupõe estrita observância da segregação de funções, consoante o destacado pelo Manual para Implantação de Sistemas de Controle Interno do TCE-RJ.

4 CURSO

O curso de Especialização em Gestão Pública tem como objetivo preparar servidores nas áreas de Gestão Pública para desempenharem com efetividade o papel de controle, contribuindo para a solução de problemas organizacionais a partir da análise do contexto da Administração Pública, da atuação dos jurisdicionados no emprego das verbas públicas e dos consequentes benefícios para a sociedade.

4.1 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do curso de Especialização em Gestão Pública da ECG/TCE-RJ são os servidores públicos do TCE-RJ e dos órgãos ou entidades jurisdicionados ao TCE-RJ, sejam estaduais ou municipais, com formação superior nas mais diversas áreas do conhecimento e que ocupam ou pretendem ocupar cargos gerenciais ou de assessoramento em escalões superiores na Administração Pública.

4.2 PERÍODO E HORÁRIO

As aulas serão realizadas todas as semanas, às quintas-feiras, de 13h às 16h, e às sextas-feiras, de 10h às 13h.

4.3 LOCAL

Sede da ECG na Rua da Constituição, 44 – Centro, Rio de Janeiro – RJ.

4.4 MÓDULOS E DISCIPLINAS

O curso é realizado exclusivamente em modo presencial, tendo seu conteúdo programático estruturado em quatro módulos, envolvendo um total de 16 disciplinas e carga horária de 360 horas-aula.

DISCIPLINAS	Módulo	Carga Horária
Governança, Transparência e <i>Accountability</i>	Gestão	24
Planejamento Estratégico Governamental	Gestão	24
Gestão Orçamentária e Financeira	Gestão	24

Gestão das Contratações	Gestão	24
Gestão de Pessoas	Gestão	24
Metodologia de Pesquisa	Aplicações	18
Seminários de Aplicação: Módulo Gestão	Aplicações	18
Estado e Políticas Públicas	Políticas Públicas	12
Gestão de Políticas Públicas	Políticas Públicas	30
Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	Políticas Públicas	18
Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública	Políticas Públicas	24
Seminários de Aplicação: Módulo Políticas Públicas	Aplicações	18
Inovação e Governo Digital	Inovação	30
Análise de Dados e Informações	Inovação	30
Elaboração e Gestão de Projetos	Inovação	24
Seminários de Aplicação: Módulo Inovação	Aplicações	18

Quadro 1: Módulos e Disciplinas

Fonte: Escola de Contas e Gestão (2023)

4.5 METODOLOGIA DE ENSINO

Em função de seu objetivo, de preparar os servidores públicos para ocupar cargos gerenciais ou de assessoramento em escalões superiores com base em uma visão gerencial ampla e integrada da administração pública e dos instrumentos de gestão e controle, os cursos de pós-graduação da ECG/TCE-RJ dedicam especial atenção ao aspecto metodológico como elemento fundamental, visando integrar docentes e discentes em um processo de transferência de conhecimento contínuo voltado à aplicação prática na identificação e solução de problemas e oportunidades.

Nesse sentido, a metodologia de ensino preconizada caracteriza-se por técnicas expositivo-dialogada e participativa de ensino, enfatizando estudos e discussões de casos, simulações e dinâmicas de trabalhos em grupo. Desta forma, espera-se proporcionar um ambiente que provoque inquietações, desperte

o desejo de conhecer, estimule o espírito crítico e de análise para o desenvolvimento de uma atitude de identificação de problemas reais e busca de soluções viáveis e exequíveis por parte dos discentes.

O Programa de Pós-Graduação incentiva os docentes ao uso intensivo de recursos didáticos e de apoio audiovisual; à identificação de material didático pertinente a cada disciplina; e ao uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da ECG como apoio às atividades de ensino e suporte acadêmico no compartilhamento de informações e de experiências, via fóruns e demais ferramentas assíncronas de interação a distância, potencializando, assim, a construção de conhecimento de forma colaborativa.

Ao longo do curso, os discentes são incentivados a participar de palestras e seminários, sobre temas atuais da agenda governamental, e de painéis e mesas-redondas, com expoentes nas áreas de gestão, governança e controle social, acerca dos desafios do exercício da liderança e da gestão de organizações públicas, organizados tanto pela ECG/TCE-RJ como pelo TCE-RJ.

4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ocupa um papel central, pois é um dos indicadores de materialização da aprendizagem do aluno e da sua capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em situações novas e questões práticas.

O TCC consiste em um trabalho obrigatório, de caráter individual, de identificação de uma questão relevante para a Administração Pública no Estado do Rio de Janeiro. Deverá ser desenvolvido aplicando-se métodos adequados de investigação, sob o apoio técnico e metodológico de um professor orientador, especialista no tema escolhido, designado pela Coordenação Acadêmica do curso dentre os servidores do TCE-RJ que compõem o cadastro de docentes da ECG/TCE-RJ.

O tema e o objetivo do estudo são de livre escolha do aluno, em conjunto com o professor orientador, mas deve guardar relação com o objetivo do curso e com problemas reais de pesquisa no setor público e/ou em seu órgão de origem.

4.7 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO CURSO

A partir de 2017, a ECG/TCE-RJ elabora relatórios anuais, nos quais constam o desenvolvimento das atividades dos cursos e os resultados alcançados, com base nos seguintes indicadores:

- número de turmas em atividade
- número de turmas concluídas
- número de alunos aprovados no processo seletivo
- número de alunos matriculados
- índice de evasão
- número de alunos certificados
- número de Trabalhos de Conclusão de Curso apresentados
- índice de satisfação dos alunos
- média de desempenho acadêmico dos alunos
- índice de desempenho dos docentes com base em instrumento de reação dos alunos

A Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ conta com uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), para coordenar os processos internos de avaliação, que compreendem o planejamento, organização e aplicação de uma avaliação interna da Escola de Contas e Gestão, desde a elaboração do seu método, implementação e sistematização dos resultados, até a elaboração do Relatório Anual de Avaliação Institucional, que subsidiará os Planejamentos Administrativo e Pedagógico da ECG/TCE-RJ.

No exercício de suas competências, a CPA deve:

- I – coordenar e articular o processo interno de avaliação institucional;
- II – elaborar o projeto de avaliação, definindo objetivos, estratégias, metodologias, recursos e calendário das ações avaliativas;
- III – confeccionar relatórios parciais e final das atividades de avaliação e divulgá-los à comunidade acadêmica;

IV – propor o aperfeiçoamento das ações institucionais, baseadas nas avaliações realizadas;

V – acompanhar as decisões e ações implementadas pelas unidades competentes com base nos resultados e nas propostas geradas no âmbito do processo avaliativo;

VI – promover a cultura de avaliação como aspecto reconhecido e praticado coletivamente pela ECG/TCE-RJ, visando ao autoconhecimento e ao desenvolvimento institucionais.

4.8 CORPO DOCENTE

Os docentes do Programa de Pós-Graduação são recrutados com base na formação acadêmica e experiência profissional dentre os professores que compõem o cadastro de docentes da ECG/TCE-RJ. Para fazer parte do cadastro de docentes, os servidores do TCE-RJ devem ter, obrigatoriamente, titulação mínima de especialização e serem aprovados em um processo seletivo que conta com três etapas: análise curricular; participação em Curso de Capacitação para Docência na ECG/TCE-RJ; e realização de prova de desempenho didático (aula prática), com elaboração de plano de aula e de um texto de orientação didática sobre o tema da aula.

O processo seletivo, realizado anualmente por meio de edital, tem ampla divulgação no âmbito do TCE-RJ e compõem sua banca avaliadora representantes da Coordenadoria de Capacitação, da Coordenadoria Acadêmica e da Coordenadoria Pedagógica da ECG/TCE-RJ.

Após a seleção, a formação continuada do corpo docente se constitui um aspecto essencial para o desenvolvimento das atividades da ECG/TCE-RJ como espaço formativo para o servidor público que busca conteúdo de qualidade que possa ser aplicado na sua área de trabalho, de forma crítica e inovadora. Com o intuito de promover o desenvolvimento dessas competências, a ECG/TCE-RJ criou a Trilha de Formação Docente, um conjunto integrado e sistemático de ações

de desenvolvimento, na qual a aprendizagem é possibilitada por meio de múltiplas formas, dentre as quais destacam-se a supervisão pedagógica permanente, a oferta de cursos livres, a realização de encontros e seminários, a realização de reuniões para planejamento, o acompanhamento e avaliação das atividades realizadas.

O Corpo Docente do curso de Especialização em Gestão Pública da ECG/TCE-RJ é composto atualmente por 12 docentes, todos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Módulo / Disciplina	Docente	Titulação	CH
Gestão			
Governança, Transparência e <i>Accountability</i>	Cristiane Gonçalves Vieira	Mestre	24
Planejamento Estratégico Governamental	Mauricio Nunes Rodrigues	Doutor	24
Gestão Orçamentária e Financeira	Júlio César dos Santos Martins	Mestre	24
Gestão das Contratações	Roberto Machado Cardoso	Especialista	24
Gestão de Pessoas	Sergio Lino da Silva Carvalho	Mestre	24
Políticas Públicas			
Estado e Políticas Públicas	Carlos Leandro dos Santos Reginaldo	Mestre	12
Gestão de Políticas Públicas	Josyanne da Rocha Ferreira	Mestre	30
Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	Ana Maria Furbino Bretas Barros	Mestre	18

Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública	Paula Alexandra Canas De Paiva Nazareth	Doutora	24
Inovação			
Inovação e Governo Digital	Sergio Lino da Silva Carvalho	Mestre	30
Análise de Dados e Informações	Wellington Souza Amaral	Mestre	30
Elaboração e Gestão de Projetos	Alberto de Fontes Tavares Neto	Mestre	24
Aplicações			
Metodologia de Pesquisa	Dalva Stella Pinheiro da Cruz	Mestre	18
Seminários de Aplicação: Módulo Gestão	Cristiane Gonçalves Vieira e Mauricio Nunes Rodrigues	Doutoranda e Doutor	18
Seminários de Aplicação: Módulo Políticas Públicas	Paula Alexandra Canas De Paiva Nazareth	Doutora	18
Seminários de Aplicação: Módulo Inovação	Mauricio Nunes Rodrigues	Doutor	18
* a lista de docentes aqui relacionados é provisória e poderá ser alterada pela ECG/TCE-RJ ao longo do planejamento do curso.			

Quadro 2: Titulação Docente

Fonte: Escola de Contas e Gestão (2023)

O corpo docente do curso de Especialização em Gestão Pública da ECG/TCE-RJ é majoritariamente formado por mestres e doutores, que totalizam 92% de sua composição, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Titulação	Número	%
Especialistas	1	8

Mestres e doutores	11	92
Total	12	100

Quadro 3: Percentual de Titulação Docente

Fonte: Escola de Contas e Gestão (2023)

4.9 Critérios de Seleção do Corpo Discente

Para ter acesso aos cursos de especialização, os candidatos devem ser aprovados em processo seletivo, regulado por edital específico para cada turma, segmentado em duas fases. A inscrição é realizada na Secretaria da ECG/TCE-RJ com apresentação de documentação de identificação, documentos comprobatórios da situação funcional do servidor e da conclusão de curso de Graduação em nível superior. Após análise e habilitação prévia, os candidatos passam pela primeira fase do exame, composto por prova na qual serão avaliados aspectos de Língua Portuguesa e de conhecimentos gerais sobre Administração Pública, em caráter eliminatório e classificatório.

Os candidatos aprovados e classificados até o número de vagas disponíveis são, então, convocados para entrevista presencial para análise do *curriculum vitae* e da proposta de TCC, em caráter eliminatório, perante uma banca composta por servidores e/ou docentes da ECG/TCE-RJ. Caso haja desistência ou reprovação de candidatos na segunda fase, serão convidados a participar dessa etapa de seleção os candidatos excedentes aprovados na primeira fase, respeitando a ordem de classificação.

4.10 Processo de Avaliação de Aprendizagem dos Discentes

A avaliação de aprendizagem das disciplinas é realizada por meio de provas escritas, trabalhos individuais, trabalhos em grupo e exercícios conduzidos em sala de aula, conforme proposta do docente responsável pela disciplina e avaliação pela Coordenadoria Pedagógica da ECG/TCE-RJ, respeitada a obrigatoriedade de pelo menos uma avaliação formal. A pontuação mínima

necessária para aprovação em cada disciplina é de 7,0 (sete) pontos, em escala de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos.

Para ser aprovado ao final do curso e receber o certificado de conclusão, é necessário que o aluno obtenha:

- frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina do curso; e
- nota final mínima de 7,0 (sete) pontos em cada disciplina ministrada e no Trabalho de Conclusão de Curso.

5 CERTIFICAÇÃO

Os certificados serão emitidos pela Secretaria da ECG/TCE-RJ, após concluídas todas as atividades do curso e recebidos todos os documentos de avaliação. Para fazer jus ao correspondente certificado, o aluno deverá ter frequência e nota mínima exigida para cada disciplina, devendo ainda ter recebido o conceito “aprovado” no Trabalho de Conclusão de Curso, de acordo com calendário e demais regras estabelecidas.

O certificado é acompanhado do respectivo histórico escolar e nele constam:

- Nome do aluno, nome do curso, período de realização, número da turma;
- Título das disciplinas, carga-horária, frequência e nota obtidas, nome e titulação dos docentes que ministraram as disciplinas;
- Título do TCC, nota e coeficiente de rendimento;
- Regime e critérios adotados para certificação, de acordo com o credenciamento;
- Dados de registro do diploma pela SEC.

6 ESTRUTURA FÍSICA

São disponibilizados pela ECG/TCE-RJ:

- a) salas de aula climatizadas em condições adequadas e compatíveis com o número dos alunos;
- b) recursos didáticos e de apoio audiovisual, tais como computador, projetor multimídia, *flip-chart*, quadro branco, caixa de som, ponteira laser, entre outros;
- c) material didático pertinente a cada disciplina, que pode incluir apostilas, artigos científicos, textos técnicos, súmulas, jurisprudências, manuais técnicos, relatórios, diretrizes de organismos nacionais e internacionais etc.;
- d) acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle) como recurso informacional e de apoio para disponibilização do acervo de material didático e troca de conhecimentos;
- e) acesso ao Sistema de Informações Acadêmicas (SIA), via sítio de internet da ECG;
- f) acesso à Biblioteca da ECG/TCE-RJ para utilização de espaços e equipamentos, consulta ao acervo, empréstimo de obras e prestação de serviços.
- g) atendimento pela Secretaria da ECG/TCE-RJ.

Os canais de comunicação são: Portal de Informações e Serviços da ECG/TCE-RJ, Redes Sociais, Ouvidoria do TCE-RJ, Atendimento na Secretaria da ECG/TCE-RJ, E-mail, Relatórios de Atividades, DEORJ, Publicações.

7 Conteúdo Programático e Bibliografia

Módulo Gestão	Carga horária:
Disciplina: Governança, Transparência e Accountability	24 horas-aula
Ementa: Governança. Conceito e perspectiva histórica da governança no setor público. Evolução das ações públicas em controle de Governança. Relação Principal-Agente, funções de governança e gestão, princípios básicos, diretrizes para boa Governança. Principais Mecanismos e Legislações de Transparência Pública. <i>Accountability</i> : tipos. Controle Social. <i>Compliance</i> no setor público.	
Bibliografia Básica:	

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Federalismo brasileiro e projeto nacional: os desafios da democracia e da desigualdade. Revista USP, n. 134, p. 127-142, 2022.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. Aplicável. Brasília, DF: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, SecexAdministração, 2020.
- CARVALHO, Ângela Carneiro de. Principais transformações por que tem passado a organização governamental brasileira, a partir da década de 1930, em consequência do modelo de desenvolvimento e das políticas públicas adotadas no país”. Cadernos EBAP, nº. 56. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- CAVALCANTE, Pedro. Gestão Pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. Texto para Discussão Ipea nº. 2319. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.
- COELHO, Fernando de Souza et al. Interpretações sobre a (gestão da) qualidade na administração pública contemporânea. Revista Campo de Públicas: Conexões e Experiências, v.1, n.3, p. 160-179,2023.
- COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 5, p. 829-874, 2008.
- CUNHA, Bruno. As Agências reguladoras brasileiras e seu hibridismo burocrático. In: PIRES, Roberto; Lotta, Gabriela; Oliveira, Vanessa Elias de (Orgs.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea/Enap, 2018.
- FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. Lua nova: revista de cultura e política, p. 65-94, 2011.
- GAETANI, Francisco et al. A armadilha do algoritmo: uma análise das razões do apartheid entre gestão pública e finanças públicas na administração pública brasileira. Revista Campo de Públicas: Conexões e Experiências, v. 1, n.3, p. 128-159, 2023.
- GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais. Revista do Serviço Público, v. 69, p. 85-122, 2018.
- JACOBI, Pedro Roberto; BARBI, Fabiana. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. Revista Katálysis, v. 10, p. 237-244, 2007.
- MATIAS-PEREIRA, José. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. Administração Pública e Gestão Social, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.
- MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Evelyn; NISKIER, Irene. Da opacidade à transparência? Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. Revista de Administração Pública, v. 52, p. 610-629, 2018.
- O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua nova: revista de cultura e política, p. 27-54, 1998.
- OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Relatório sobre a reforma regulatória – Brasil: fortalecendo a governança para o crescimento. Paris: OCDE, 2008.
- PECI, A.; FRANZESE, C.; GARCIA LOPEZ, F.; SECCHI, L.; DIAS, T. F. A. nova Reforma Administrativa: O que sabemos e para onde vamos? Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 26, n. 84, 2021.
- REIS, Cláudio José Oliveira dos; CABRAL, Sandro. Parcerias público-privadas (PPP) em megaeventos esportivos: um estudo comparativo da provisão de arenas esportivas para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014. Revista de Administração Pública, v. 51, n. 4, p. 551-579, 2017.
- SANTOS, R. R. D.; ROVER, S. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 732-752, 2019
- SARMENTO, Daniel. O princípio republicano nos 30 anos da Constituição de 88: por uma república inclusiva. Revista da EMERJ, v. 20, p. 296-318, 2018.
- SCHEDLER, A. Conceptualizing accountability. The Self-restraining state: power and accountability in new democracies. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.

SILVA, Patricia Carla da et al. Accountability e Transparência nos Conselhos municipais de Saúde, Educação e Assistência Social de Sinop-MT. RAGC, v. 4, n. 13, 2016.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. Governança pública: uma revisão conceitual. Revista do Serviço Público, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019.

VIEGAS, Rafael Rodrigues et al. A comunicação dos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos nas redes sociais: os desafios da *accountability* na democracia digital. Revista de Administração Pública, v. 56, p. 324-348, 2022.

VILHENA, Renata; MARTINS, Humberto Falcão. Percepções sobre gestão do desempenho no setor público. Revista do Serviço Público, v. 73, p. 8-25, 2022.

ZORZAL, Luzia; RODRIGUES, Georgete Medleg. *Disclosure* e transparência no setor público: uma análise da convergência dos princípios de governança. Informação & Informação, v. 20, n. 3, p. 113-146, 2015.

<p>Módulo Gestão</p> <p>Disciplina: Planejamento Estratégico Governamental</p>	<p>Carga horária:</p> <p>24 horas-aula</p>
<p>Ementa: Conceitos e definições; Competitividade e Estratégia competitiva; Processo de Gestão estratégica; Principais dificuldades relacionadas à estratégia; Planejamento Estratégico; Sistemas de Planejamento Estratégico; Metodologias de Planejamento Estratégico; Direcionadores Estratégicos - Propósito, visão e missão; Desdobramento da Estratégia; Indicadores e Metas; Implantação da Estratégia; Estudos de Caso e Melhores Práticas. Gerenciamento de riscos para identificar, avaliar e prevenir potenciais eventos que possam afetar a performance de organizações públicas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>Blank, S. (2013) Why the lean start-up changes everything. Harvard business review, 91:5, 63-72.</p> <p>Bounfour, A. (2007) The Management of Intangibles: The Organisation's Most Valuable Assets. London: Routledge.</p> <p>Doerr, J. (2019). Avalie o Que Importa: Como Google, Bono Vox e a Fundação Gates sacudiram o mundo com os OKRs. Alta Books Editora</p> <p>Kaplan, R. & Norton, D. (2008) A Execução Premium: a obtenção da vantagem competitiva através do vínculo da estratégia com as operações do negócio. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.</p> <p>Mintzberg, H.; Ahlstrand, B, e Lampel, J. (2000) Safári de estratégias. Porto Alegre: Bookmann.</p> <p>Porter, M. (2005) Estratégia competitiva. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.</p> <p>Taleb, N. (2015) Antifragil: Coisas que se beneficiam com o caos. Rio de Janeiro: Best Business.</p> <p>Teece, D.; Pisano G. e Shuen, A. (1997) Dynamic Capabilities and Strategic Management. Strategic Management Journal, Vol. 18:7, 509–533.</p>	

<p>Módulo Gestão</p> <p>Disciplina: Gestão Orçamentária e Financeira</p>	<p>Carga horária:</p> <p>24 horas-aula</p>
<p>Ementa: Planejamento e orçamento do setor público brasileiro: principais conceitos. Instrumentos orçamentários: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Ciclo orçamentário: processos de formulação, aprovação e execução. O orçamento como instrumento de gestão de desempenho e de <i>accountability</i>.</p>	

Gerenciamento de indicadores para avaliação & monitoramento, controle e transparência dos sistemas de planejamento e orçamento.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. 4. Ed., vol. 1. Brasília: 2022.

BEZERRA FILHO, J. E. Orçamento aplicado ao setor Público? Abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

_____. Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

_____. Lei nº 4.320, de 15 de março de 1964.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

_____. Portaria Interministerial n. 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

_____. Portaria Interministerial n. 163, de 4 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios, e dá outras providências.

CORE, F. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. *In: Anais do IX Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado y da Administração Pública*. Madrid, 2-5 de novembro de 2004.

FEDOZZI, L. Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial e Rio de Janeiro, FASE/IPPUR, 1997.

PAULO, L. F. A. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. *Revista do Serviço Público*. Brasília, 61 (2) 171 – 187. Abril-Junho 2010.

SANTOS, R. C. Plano plurianual e orçamento público. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

Módulo Gestão	Carga horária:
Disciplina: Gestão das Contratações	24 horas-aula
<p>Ementa: Licitação como instrumento de gestão eficiente. Contratos administrativos: Teoria e Prática. Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. Novos paradigmas na forma de contratar e se relacionar com o parceiro privado. Parcerias da Administração Pública com a iniciativa privada: Serviços públicos e terceirização. Atividade-fim e atividade-meio. Execução direta e indireta. Contratação no setor público e no terceiro setor: Termos de parceria e contratos de gestão. Acordos administrativos. Convênios Públicos. Tribunais de Contas e Órgãos de controle: auditorias e atuação do gestor público.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BARROS, Márcio dos Santos. 502 Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: NDJ, 2005.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008.</p> <p>GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>GASPARINI, Diógenes (Coord.). Pregão presencial e eletrônico. Belo Horizonte: Fórum, 2007.</p> <p>GUIMARÃES, Eduardo dos Santos. A utilização das contratações governamentais como política</p>	

pública de incentivo ao desenvolvimento sustentável. XXII Congresso Internacional do CLAD. Madri, 2017.

_____. Manual de Planejamento das Licitações Públicas. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2015.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12. ed. São Paulo: Dialética, 2008.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres (Coord.). Comentários ao Sistema Legal Brasileiro de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: NDJ, 2016.

Módulo Gestão	Carga horária:
Disciplina: Gestão de Pessoas	24 horas-aula
<p>Ementa: Contextualização histórica da gestão de pessoas. As funções da gestão de pessoas. Gestão de pessoas no setor público: características e desafios. Os novos rumos da gestão de pessoas no setor público; Contexto do mundo em intensa transformação; <i>Lifelong learning</i>; Gestão por competências. Gestão de pessoas com foco no resultado: contratualização, <i>feedback</i> e práticas de reconhecimento. Liderança: evolução das teorias de liderança; Tipos de liderança; Liderança transformacional; <i>Mindsets</i> de Liderança; Trabalho em equipe; Competências humanas (soft skills); Comunicação; Negociação e resolução de conflitos; Regimes híbridos de trabalho: desafios de gestão; Gestão de pessoas no contexto de Pós-pandemia; Grande renúncia e demissão silenciosa; Diversidade; Ética na Administração Pública: a gestão da ética e <i>compliance</i>. Área de gestão de pessoas no setor público; As possibilidades e limites dos modelos competitivos de gestão de pessoas no setor público.</p>	
<p>Bibliografia Básica: BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão estratégica de pessoas no setor público. 2ª edição. Belo Horizonte, Fórum, 2020. _____. Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público. Brasília, Enap, 2019. CALAÇA, Pedro Alessandro; VIZEU, Fabio; Revisitando a perspectiva de James MacGregor Burns: qual é a ideia por trás do conceito de liderança transformacional? Cadernos Ebape. v. 13, nº 1. Rio de Janeiro, jan./mar 2015. CALDAS, Miguel Pinto; TONELLI, Maria José; LACOMBE, Beatriz. Desenvolvimento histórico do RH no Brasil e no mundo. 2002. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: gestão do talento humano - 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2022. GIL, Antônio Carlos. Gestão de Pessoas. Enfoque nos Papéis Profissionais. 1ª ed. São Paulo, Atlas, 2007. MENDONÇA, Ana Cláudia. Gestão de Equipes Híbridas e Cultura Organizacional. Brasília, Enap, 2023.</p>	

Módulo Aplicações	Carga horária:
Disciplina: Metodologia de Pesquisa	18 horas-aula
<p>Ementa: Orientação sobre os procedimentos de investigação e de análise na pesquisa científica com vistas à elaboração do Anteprojeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao final da disciplina, os discentes serão distribuídos para os orientadores pertinentes para a temática escolhida.</p>	
<p>Bibliografia Básica: DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p>	

_____. Educação e conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 21 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em Administração. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2013.

<p>Módulo Aplicações</p> <p>Disciplina: Seminários de Aplicação:</p> <p>Módulo Gestão</p>	<p>Carga horária:</p> <p>18 horas-aula</p>
<p>Ementa: Análise de problemas concretos e resolução prática de casos reais, integrando os assuntos abordados nos componentes curriculares do Módulo Gestão.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ALBERTON, Anete; SILVA, Anielson Barbosa da. Como escrever um bom caso para ensino? Reflexões sobre o método. Revista de Administração Contemporânea, v. 22, p. 745-761, 2018.</p> <p>ARAÚJO, Mirelle da Silva Monteiro; SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. Casos para o ensino: Uma abordagem a partir da linguística de texto. Métodos e Pesquisa em Administração, v. 1, n. 2, p. 69-79, 2016.</p> <p>CERNEV, Adrian Kemmer; JAYO, Martin. Caso necessário, estruture: um metacaso de ensino (Notas de Ensino). Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração, p. n1-n1, 2022.</p> <p>GRAHAM, Andrew. Como escrever e usar estudos de caso para ensino e aprendizagem no setor público. Brasília, ENAP: 2010.</p>	

<p>Módulo Políticas Públicas</p> <p>Disciplina: Estado e Políticas Públicas</p>	<p>Carga horária:</p> <p>12 horas-aula</p>
<p>Ementa: Perspectivas sobre Estado e formação de políticas, desenvolvimento do capitalismo, da questão social e do status de cidadania. O Estado contemporâneo e as suas transformações: novos paradigmas de políticas públicas. As relações entre o Estado e Sociedade Civil. Governança, cidadania e participação. Políticas públicas, bem-estar e desenvolvimento. Federalismo, descentralização e financiamento de políticas públicas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ARRETCHE, M. Federalismo e Relações Intergovernamentais no Brasil: A Reforma dos Programas Sociais. In: Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 431-457, 2001.</p> <p>BICHIR, R. e CANATO, P. Solucionando problemas complexos? Desafios da implementação de políticas intersetoriais. Pires, R. (org.) Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Brasília: IPEA.</p> <p>CAPELLA, A. Formulação de Políticas. Brasília: Enap, 2018.</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p>	

DUBOIS, V. Políticas no guichê, políticas do guichê. Pires, R. (org.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2019.

OLIVEIRA, O. e PAL, L. Novas fronteiras e direções na pesquisa sobre transferência, difusão e circulação de políticas públicas: agentes, espaços, resistência e traduções. Rev. Adm. Pública. vol.52, n.2: 199-220, 2018.

PIRES, R.; GOMIDE, A. Burocracia, democracia e políticas públicas: Arranjos institucionais de políticas de Desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2014.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas, conceitos, esquemas de análises e casos práticos. São Paulo: Cengage Learning. 2010.

Módulo Políticas Públicas	Carga horária:
Disciplina: Gestão de Políticas Públicas	30 horas-aula
<p>Ementa: Ciclo da política pública. Conceito de política e programa. Universalismo e focalização. Gestão e organização: descentralização (vertical e horizontal), centralização, federalismo; relação pública e privada (privatização); objetividade versus particularismo como critérios para distribuição de recursos; coerência dos programas/ações em políticas públicas. Participação social. Políticas públicas a partir da economia do bem-estar: regulação; provisão de bens e serviços; produção e transferências diretas de recursos. Financiamento da política pública: formas de financiamento e federalismo fiscal; gastos diretos; transferências constitucionais e negociadas; renúncias e subsídios fiscais; gastos públicos efetuados por instituições públicas e privadas; empréstimos. Articulações intermunicipais, políticas públicas e gestão regional. Redes de políticas públicas. Coordenação executiva – problemas da articulação versus a fragmentação de ações governamentais. Dimensões da coordenação: intragovernamental, intergovernamental e governo-sociedade. Reformas administrativas recentes e o papel dos avaliadores de programas governamentais. Governança de políticas públicas.</p>	
<p>Bibliografia Básica: BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. A política das políticas públicas. HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco (Org.). Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. Políticas públicas. São Paulo: PubliFolha, 2011. SECHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p>	

Módulo Políticas Públicas	Carga horária:
Disciplina: Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	18 horas-aula
<p>Ementa: Conceituação e tipos de avaliação: avaliação de políticas públicas; avaliação de projetos sociais; monitoramento. Tipos de avaliação: avaliação ex-ante e ex-post, avaliação de resultados e de impacto, interna, externa, mista, participativa. Avaliação de processo. Critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Metodologias e sua aplicação. Incorporando a implementação à avaliação.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p>	

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Relatórios da Avaliação da Execução de Programas de Governo.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, 23-7:70, 2001.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. In: Revista Brasileira. Estudos Urbanos e Regionais, Salvador, v. 7, n. 1, 73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

<p>Módulo Políticas Públicas</p> <p>Disciplina: Desenvolvimento Sustentável na Administração Pública</p>	<p>Carga horária:</p> <p>24 horas-aula</p>
<p>Ementa: Agenda ambiental, histórico, características e repercussões. Instituições, organizações e meio ambiente. Políticas públicas na área ambiental. Instrumentos de políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Legislação e políticas públicas na área ambiental no Brasil. A trajetória das políticas ambientais no país, a Política Nacional de Meio Ambiente e as mudanças institucionais, no contexto da expansão econômica na última década e da mercantilização da natureza como resposta à crise climática.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRAGA, Roberto. Política urbana e desenvolvimento sustentável: avanços e limites do Estatuto da Cidade. In: Seminário Política e Planejamento – PPLA, 2., 2010, Curitiba. Anais... Curitiba: Ambiens, 2010.</p> <p>CAVÉ, Jérémie et al. O financiamento da cidade latino-americana: instrumentos a serviço de um desenvolvimento urbano sustentável. Paris, Brasília e Bogotá: Agence Française de Développement (AFD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação Ciudad Humana (FCH), 2014.</p> <p>COSTA, Heloisa S. M.; CAMPANTE, Ana L.; ARAÚJO, Rogério P. Z. A dimensão ambiental nos planos diretores de municípios brasileiros: um olhar panorâmico sobre a experiência recente. In: SANTOS JR., Orlando A.; MONTANDON, Daniel T. (Orgs.). Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. p. 173-217.</p> <p>COSTA, Marco A. (Org.). O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana. Brasília: Ipea, 2016.</p> <p>Ministério do Meio Ambiente (MMA). Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade – a Agenda 21 e os objetivos de desenvolvimento do milênio: as oportunidades para o nível local. Caderno de Debate nº 7. Brasília: MMA, 2005.</p> <p>NAZARETH, Paula A. Descentralização e federalismo fiscal: um estudo de caso dos municípios do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2007.</p> <p>NEVES, Estela M. S. C. A política ambiental e os municípios brasileiros. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.</p> <p>PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. PNUD, 2016.</p>	

<p>Módulo Aplicações</p>	<p>Carga horária:</p> <p>18 horas-aula</p>
---------------------------------	---

Disciplina: Seminários de Aplicação: Módulo Políticas Públicas	
Ementa: Análise de problemas concretos e resolução prática de casos reais, integrando os assuntos abordados nos componentes curriculares do Módulo Políticas Públicas.	
Bibliografia Básica: CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro. JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Caderno de debate Agenda 21 e sustentabilidade – a Agenda 21 e os objetivos de desenvolvimento do milênio: as oportunidades para o nível local. Caderno de Debate nº 7. Brasília: MMA, 2005. SECHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.	

Módulo Inovação	Carga horária:
Disciplina: Inovação e Governo Digital	30 horas-aula
Ementa: Contexto da administração pública brasileira; Sociedade da Informação, tecnologia e globalização; Quarta Revolução Industrial; Necessidade de inovação no setor público; Introdução à inovação no setor público: conceito, tipos e ecossistemas de inovação; Modelos de gestão pública e inovação no setor público. Facilitadores e inibidores da inovação no setor público; Governança exploratória; Organizações exponenciais; Laboratórios de inovação no setor público; Inovação em órgãos de controle; Gestão da inovação no setor público e seus desafios; Vida digital e cibercultura em um mundo em intensa transformação; Papel das novas tecnologias na inovação do setor público; Governo Digital no Brasil e no mundo; Uso de TIC pela Administração Pública para a disponibilização de informações e prestação de serviços públicos. Publicidade e privacidade da informação: LAI e LGPD.	
Bibliografia Básica: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2005. CAVALCANTE, P. et al. Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: IPEA-ENAP, 2017. CLAD. Carta Iberoamericana de Innovación en la Gestión Pública. Documento aprobado por la XIX Conferencia Iberoamericana de Ministras y Ministros de la Administración Pública y Reforma del Estado. Andorra, 2020. CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2008. ISMAIL, Salim; MALONE, Michael S.; GEEST, Yuri Van. Organizações exponenciais. São Paulo: HSM editora, 2015. LONGO, Francisco. 2019. La calidad de la gestión del empleo público en la era del cambio exponencial. In: XXIV Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Buenos Aires, Argentina, 12 a 15 de novembro. MATAS, Carles Ramió. Innovación pública en Iberoamérica: presente y tendencias de futuro. Caracas: CLAD, 2021. OCDE. The Innovation Imperative in the Public Sector: Setting an Agenda for Action. OECD Publishing, Paris, 2015. SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. São Paulo: Edipro, 2017. TAJRA, Sanmya; RIBEIRO, Joana. Inovação na prática: <i>design thinking</i> e ferramentas aplicadas a <i>startups</i> . Rio de Janeiro: Alta books, 2020.	

Módulo Inovação	Carga horária:
Disciplina: Análise de Dados e Informações	30 horas-aula
<p>Ementa: Análise de Dados e Informações para administradores públicos; Dado, informação, conhecimento e inteligência; A Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados e a mineração de dados (KDD); Dados abertos. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados; Tipos de dados: dados estruturados e não estruturados; Banco de dados relacionais; Inteligência de negócios e tomada de decisão estratégicas; Técnicas e tarefas de mineração de dados; Pré-processamento de dados; Softwares para análise de dados; Análise exploratória de dados; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BALANIUK, Remis. A mineração de dados como apoio ao controle externo. Revista do TCU, n. 117, p. 79-86, 2010.</p> <p>BEZERRA, Eduardo; PASSOS, Emanuel; GOLDSCHMIDT, Ronaldo. Data Mining: Conceitos, técnicas, algoritmos, orientações e aplicações. Campus, Rio de Janeiro, Brasil, 2015.</p> <p>BRASIL. Lei Federal nº 13.709, Lei Geral de Proteção de Dados.</p> <p>SHIKIDA, Claudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando. Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas & soluções. 2021.</p> <p>SILVA, Leandro Augusto da; PERES, Sarajane Marques; BOSCARIOLI, Clodis. Introdução à mineração de dados: com aplicações em R. Elsevier Brasil, 2017.</p>	

Módulo Inovação	Carga horária:
Disciplina: Elaboração e Gestão de Projetos	24 horas-aula
<p>Ementa: Fundamentos em Gestão de Projetos. A gestão de projetos no contexto da gestão estratégica. Os conceitos e princípios de gerência de projetos e gestão por projetos. O conceito de competências essenciais. Abordagens preditivas e adaptativas. Os processos da gerência de projetos. Gestão de Projetos na Administração Pública: Experiências bem-sucedidas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ABNT, NBR ISO 10.006 - Diretrizes para a qualidade em empreendimentos, 2006.</p> <p>ALENCAR, A.; SCHMITZ, E. Análise de risco em gerência de projetos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.</p> <p>BARCAUI, A; BORBA, D.; SILVA, I.; NEVES, R. Gerenciamento do Tempo em Projetos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.</p> <p>JOIA, L.A.; SOLER, A. M; BERNAT G. B.; JUNIOR, R.R. Gerenciamento de Riscos em Projetos. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014. 176 p. (Série Gerenciamento de Projetos).</p> <p>MARINHO, F. Como Proteger e Manter Seus Negócios, Campus, 2003.</p> <p>PMI. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. Guia PMBOK® 6a. ed. – EUA: Project Management Institute, 2018.</p> <p>ROBLES Jr., A. Custo da Qualidade: Aspectos Econômicos da Gestão de Qualidade e da Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2003. 157p.</p> <p>SILVA, I. M. <i>et al.</i> Gerenciamento do Tempo em Projetos, Editora FGV, 2006.</p> <p>TERRIBILI FILHO, A. Indicadores de gerenciamento de projetos: monitoração contínua. São Paulo, M. Books do Brasil, 2010. 136p.</p>	

VARGAS, R. Análise de Valor Agregado em Projetos: Revolucionando o gerenciamento de custos e prazos. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

VAZQUEZ, C. E.; SIMÕES, G. S.; ALBERT, R. M. Análise de Pontos de Função: Medição, Estimativas e Gerenciamento de Projetos de Software. 13ª edição. Editora Érica, 2013.

Módulo Inovação	Carga horária:
Disciplina: Seminários de Aplicação: Módulo Inovação	18 horas-aula
Ementa: Análise de problemas concretos e resolução prática de casos reais, integrando os assuntos abordados nos componentes curriculares do Módulo Inovação.	
Bibliografia Básica: CAVALCANTE, P. <i>et al.</i> Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: IPEA-ENAP, 2017. TERRIBILI FILHO, A. Indicadores de gerenciamento de projetos: monitoração contínua. São Paulo, M. Books do Brasil, 2010. 136p.	

8 Titulação e Formação do Corpo Docente

O Corpo Docente do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública é composto por 12 professores, todos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Dentre eles, 1 (8%) possui titulação de Especialista, 9 (75%) de Mestre e 2 (17%) de Doutor. Chama a atenção o fato de que 92% do corpo docente é formado por mestres e doutores, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Nome	Titulação	Formação
Alberto de Fontes Tavares Neto	Mestrado	Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação/ COPPE UFRJ; Graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ
Ana Maria Furbino B. Barros	Mestrado	Mestrado em Direito pela UERJ; Graduação em Direito pela UFV.
Carlos Leandro dos Santos Reginaldo	Mestrado	Mestrado em Políticas Públicas de Educação pela SEK de Santiago do Chile. Especialização em Gestão de Organizações em Saúde pela UNIRIO e em Políticas Públicas pela UFRJ. Graduação em Administração Pública pela UFF, em Matemática pelo Centro de Ensino Superior de Valença e em Direito pela UFRJ.

Cristiane Gonçalves Vieira	Mestrado	Mestrado em Administração Pública pela EBAPE-FGV. Especialização em Controle Externo pela FGV. Graduação em Direito pela UFRJ.
Dalva Stella Pinheiro da Cruz	Mestrado	Mestrado em Educação pela UFRJ. Graduação em Pedagogia pela UERJ.
Josyanne da Rocha Ferreira	Mestrado	Mestrado em Saúde Coletiva pela UFJF. Especialização em Fisioterapia Traumatológica-Ortopédica pela UCB. Especialização em Planejamento e Gestão de Sistemas e Serviço de Saúde pela UFJF. Graduação em Fisioterapia pela UFJF.
Júlio César dos Santos Martins	Mestrado	Mestre em Controladoria e Contabilidade Aplicada ao Setor Público pela Fucape Business School; Especialista em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá; Graduado em Ciências Contábeis pela UNESA; Graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Iguazu.
Mauricio Nunes Rodrigues	Doutorado	Doutor em Ciências da Gestão pela Université Paris Sud e em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ; Mestre em Ciências do Esporte e Educação Física pela UGF-RJ e licenciado em Educação Física pela UERJ.
Paula Alexandra C. de Paiva Nazareth	Doutorado	Doutorado em Economia pelo Instituto de Economia/UFRJ; Mestrado em Economia Industrial pela UFRJ; Graduação em Ciências Econômicas pela UFRJ; Graduação e Licenciatura em Economia (equivalência) pela UNL, Portugal.
Roberto Machado Cardoso	Especialista	Especialização em Direito Tributário pela FGV. Graduação em Ciências Navais.
Sergio Lino da Silva Carvalho	Mestrado	Mestrado em Administração Pública pela EBAPE/FGV-RJ; Graduação em Informática pela UERJ.
Wellington Souza Amaral	Mestrado	Mestrado em Ciência da Computação pelo CEFET-Rio. Especialização em Gestão de Projetos pela UCAM. Graduação em Sistemas para Internet pelo CEFET-Rio.

Quadro 4: Titulação e Formação do Corpo Docente da

Fonte: Escola de Contas e Gestão (2023)

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2023.

NILTON CESAR DA SILVA FLORES

Coordenador-Geral
Coordenadoria Acadêmica
ECG/TCE-RJ
Matrícula nº 02/5053

ADRIANA RAMOS COSTA

Diretora-Geral
Escola de Contas Gestão do TCE-RJ
Matrícula nº 02/4997